



JORNAL DA FRONTEIRA

Ano 34 - Edição Nº 1803A - 02 de março de 2026.



POLÍTICA

Alesc aprova projeto que proíbe fogos de artifício com estampido em Santa Catarina

Página 03



GERAL.

Alesc aprova projeto que proíbe fogos de artifício com estampido em Santa Catarina

Deputados aprovam projeto que proíbe venda e uso de fogos de artifício com efeito sonoro em Santa Catarina, com previsão de multas e destinação de recursos aos fundos de Saúde e Meio Ambiente

O Paraná consolidou em 2025 sua posição como principal produtor de peixes do Brasil ao atingir 273 mil toneladas de pescados cultivados, estabelecendo novo recorde para o setor. O volume representa crescimento de 9,1% em comparação ao ano anterior e garante ao Estado 27% de participação na produção nacional. Os dados constam no Anuário Brasileiro da Piscicultura 2026, divulgado nesta semana.

O desempenho paranaense ocorre em um cenário igualmente

positivo para o país. Pela primeira vez, o Brasil ultrapassou a marca de 1 milhão de toneladas de peixes produzidos, somando 1.011.540 toneladas. O crescimento nacional foi de 4,41% em relação a 2024, acumulando expansão de 58,6% na última década.

A tilápia permanece como principal espécie cultivada, tanto no Paraná quanto no restante do país. O Estado lidera com 273.100 toneladas da espécie, consolidando-se como referência nacional no segmento.

Na sequência do

ranking nacional da tilápia aparecem São Paulo, com 88.500 toneladas; Minas Gerais, com 73.500 toneladas; Santa Catarina, com 52.700 toneladas; e Mato Grosso do Sul, com 38.700 toneladas. Em todo o Brasil, a produção de tilápia alcançou 707.495 toneladas, o maior volume da série histórica da última década.

O crescimento é impulsionado por fatores como tecnologia aplicada à produção, integração entre produtores e frigoríficos e expansão de cooperativas no setor.

O modelo integrado vem ganhando espaço, enquanto a atuação independente, ligada principalmente a pequenos frigoríficos, apresenta redução gradual.

Entre os municípios paranaenses que mais se destacam em volume de produção estão Toledo, Palotina, Nova Aurora, São José dos Pinhais e Marechal Cândido Rondon.

Já no que se refere à quantidade de tanques destinados à piscicultura, Itambaracá lidera com 1.564 unidades, seguido por Alvorada do Sul

(994), Nova Prata do Iguaçu (757), Três Barras do Paraná (654) e Boa Esperança do Iguaçu (408).

A crescente participação de grandes cooperativas tem sido apontada como um dos fatores que ampliam a escala produtiva e fortalecem a competitividade do Estado no mercado nacional e internacional.

São Paulo é o segundo maior produtor de peixes de cultivo do país, com 93,7 mil toneladas, atrás apenas do líder nacional. Minas Gerais, Santa Catarina e Maranhão

completam o grupo dos cinco maiores. O crescimento do setor reflete investimentos em tecnologia, certificação e abertura de novos mercados.

Em 2025, as exportações somaram US\$ 60 milhões, com leve alta em valor. A tilápia representou 94% das vendas externas. O Paraná liderou as exportações, com metade do total nacional, tendo os Estados Unidos como principal destino.

GERAL

Salário do Papa e dos cardeais surpreende

Descubra quanto ganham o Papa, cardeais e bispos no Vaticano



A imagem pública da Igreja Católica costuma estar associada à simplicidade, à caridade e aos votos de pobreza. No entanto, quando o assunto é a estrutura administrativa do Vaticano, a realidade financeira é mais complexa do que muitos imaginam. Salários, benefícios, moradia subsidiada e reformas econômicas recentes revelam como funciona a remuneração da alta hierarquia da Igreja — e como o Papa Francisco tentou mudar esse cenário.

Dentro da organização da Igreja, os rendimentos variam conforme o cargo e as responsabilidades exercidas. Cardeais

que ocupam funções estratégicas em departamentos da Cúria Romana — o núcleo administrativo do Vaticano — recebem, em média, entre € 4.000 e € 5.000 por mês. Convertidos em reais, os valores podem ultrapassar R\$ 25 mil mensais, dependendo da cotação. Esses vencimentos colocam os cardeais entre os cargos mais bem remunerados da estrutura eclesiástica.

Em março de 2021, porém, o Papa Francisco determinou uma redução de 10% nos salários dos cardeais que atuam em Roma. A decisão integrou um pacote de contenção de despesas em meio a dificuldades

financeiras enfrentadas pelo Vaticano. Além do corte percentual, foram eliminados dois subsídios mensais, de cerca de € 500 cada, que tradicionalmente auxiliavam no pagamento de secretários pessoais. A medida atingiu cerca de 20 cardeais que lideram os principais dicastérios da Santa Sé.

O Colégio Cardinalício, que reúne mais de 230 membros espalhados pelo mundo, não foi afetado de forma ampla. A iniciativa concentrou-se na cúpula administrativa baseada em Roma, sinalizando que a reforma financeira deveria começar pelo centro do poder eclesiástico.

Os bispos, por sua vez,

recebem remuneração inferior à dos cardeais. Em geral, os valores variam entre € 2.500 e € 3.000 mensais. Em dioceses com maior arrecadação, esses montantes podem ser complementados por auxílios adicionais. Contudo, o pacote de compensação vai além do salário fixo: muitos bispos têm direito a moradia, alimentação, veículo oficial e cobertura de despesas de viagem, o que amplia significativamente o valor total dos benefícios.

E quanto ganha o Papa? Oficialmente, o pontífice tem direito a um salário mensal estimado em cerca de € 30.000. Além disso, seus

antecessores recebiam um subsídio simbólico de aproximadamente € 2.500 por mês. No entanto, Papa Francisco nunca aceitou esses valores. Desde o início do pontificado, optou por não reivindicar salário, mantendo suas despesas custeadas integralmente pela Santa Sé.

A postura do Papa argentino foi inspirada em São Francisco de Assis, figura que simboliza humildade e desapego material. Ao abrir mão da remuneração e dos luxos associados ao cargo, Francisco procurou transmitir uma mensagem de coerência entre discurso e prática. Para ele, não se tratava apenas de austeridade econômica, mas de reforçar valores como serviço, solidariedade e proximidade com os mais vulneráveis.

A escolha da residência também refletiu essa visão. Em vez de ocupar os tradicionais aposentos do Palácio Apostólico — residência papal desde o século XVI — Francisco decidiu morar na Domus Sanctae Marthae, uma casa de hóspedes dentro do Vaticano. O gesto reduziu custos operacionais e foi interpretado como sinal de simplicidade.

Historicamente, integrantes do alto clero contavam com imóveis subsidiados em Roma,

mas em 2023 o Papa Francisco determinou a revisão de contratos e o fim de parte desses benefícios, buscando mais transparência e responsabilidade financeira. Além dos salários, líderes da Igreja recebem apoio institucional, como viagens oficiais, assistência médica e segurança, custos vinculados às funções exercidas.

O Óbolo de São Pedro, formado por doações de fiéis, financia ações de caridade e manutenção da Igreja, mas esteve no centro de um escândalo após um investimento imobiliário malsucedido em Londres. O episódio levou a processos judiciais e motivou reformas para reforçar o controle e a fiscalização financeira no Vaticano. As finanças são administradas pela Santa Sé e pelo Estado da Cidade do Vaticano, que arrecada com turismo, especialmente por meio dos Museus do Vaticano. A pandemia afetou as receitas, exigindo cortes orçamentários. Ao longo do pontificado, Francisco adotou medidas de austeridade, cortou privilégios e destinou recursos pessoais a projetos sociais, reforçando uma gestão marcada pela sobriedade e por reformas internas.



IMPRENSA OFICIAL

DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Publicação de atos oficiais, editais, decretos, avisos de licitações, súmulas, atas, desmembramentos e outras publicações legais.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993 - CNPJs: nº 68.821.735/0001-10 | nº 68.821.735/0002-09
atosoficiaisjfr@hotmail.com - artes@jornaldafronteira.com.br



JORNAL DA FRONTEIRA

SERIEDADE E CREDIBILIDADE
Bissemanal - terça e quinta
3.000 exemplares por edição.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993.
CNPJ nº 68.821.735/0001-10 - Barracão - Paraná
CNPJ nº 68.821.735/0002-09 - Dionísio Cerqueira - Santa Catarina
Telefone/WhatsApp: (49) 3644 - 1724 / (49) 9.8409-0431

ANUNCIE NO JORNAL,
NOS PROGRAMAS OU
NOS MEIOS DIGITAIS

(49) 3644 - 1724

E-mail Geral
jornaldafronteiranoticias@gmail.com
(Para assuntos de redação, matérias,
coberturas, publicações no site e nas redes sociais)

E-mail Administrativo
diretor@jornaldafronteira.com.br
(Para assuntos administrativos, contratos e jurídicos)

E-mail Comercial
comercial@jornaldafronteira.com.br
(Para assuntos comerciais, orçamentos e financeiros)

E-mail Editais
atosoficiaisjfr@hotmail.com
(Para assuntos sobre atos gráficos e publicações de editais)

Diretor Executivo:
Luiz C. Veroneze
(MTB 9830/PR)

Diretora Comercial:
Tatiane Montagner

ASSINATURAS ICP-BRASIL

Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicidade Legal: É um ato técnico/obrigatório.
Publica-se editais, atas e balanços para atender à lei,
evitando multas e garantindo conformidade.



JORNAL DA FRONTEIRA

VENDE-SE

JORNAL VELHO

R\$ 8,00 reais o kg

Rua Bahia, 154 - Centro, Barracão
Na porta entre a Sport Center e o
Consultório do Dr. Carlos Maran

ARQUEOLOGIA.

Novo estudo redefine a idade do caixão da chamada “Princesa de Bagicz”

Pesquisa com dendrocronologia esclarece a cronologia do famoso sepultamento da “Princesa de Bagicz”, na Polônia

A história do enigmático sepultamento conhecido como “Princesa de Bagicz” ganhou um novo capítulo após a publicação de um estudo científico que revisa a idade do caixão onde a jovem foi enterrada. O achado, revelado no fim do século XIX após o desmoronamento de uma falésia costeira no noroeste da Polônia, voltou ao centro do debate arqueológico graças ao uso de técnicas modernas de datação. A combinação entre análises de anéis de árvores, estudos isotópicos e exames anteriores permitiu esclarecer uma discrepância que intrigava pesquisadores havia décadas.

O sepultamento veio à luz em 1898, quando a erosão marinha fez ruir parte de um penhasco próximo à localidade de Bagicz, na região da Pomerânia. Entre os sedimentos, surgiu um caixão escavado em troncos de carvalho, contendo o esqueleto de uma jovem. A preservação da madeira foi considerada extraordinária, já que os solos arenosos da região raramente conservam estruturas orgânicas

desse tipo. Arqueólogos relacionaram o sepultamento à chamada Cultura Wielbark, grupo ativo entre os séculos I e IV d.C. na região do atual território polonês. Essa cultura é conhecida por práticas funerárias que incluíam o uso de caixões ou estruturas de madeira revestidas por galhos. O exemplar encontrado em Bagicz destaca-se por ser o único do gênero bem preservado na Pomerânia.

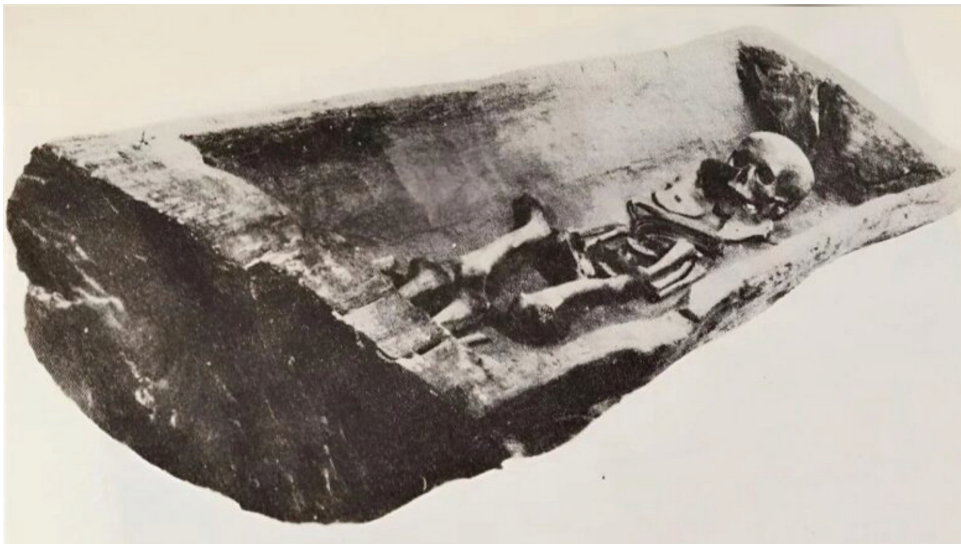
A jovem foi enterrada com adornos que indicam certo prestígio social. Entre os objetos estavam uma fibula de bronze, um alfinete, duas pulseiras metálicas e um colar composto por contas de vidro e âmbar. Registros históricos mencionam ainda a presença de um pequeno banco de madeira e de uma pele de animal, itens que não resistiram à ação do tempo. O conjunto levou estudiosos, no passado, a apelidarem a mulher de “princesa”, embora escavações posteriores tenham revelado a existência de um cemitério maior nas proximidades, relativizando a hipótese de um enterro isolado de elite.

Determinar a idade

exata do sepultamento tornou-se um dos principais impasses científicos relacionados ao caso. Na década de 1980, análises tipológicas dos objetos sugeriram que o enterro teria ocorrido entre 110 e 160 d.C., período compatível com a fase romana da Idade do Ferro na região.

No entanto, em 2018, exames de radiocarbono realizados em um dos dentes da jovem apontaram uma data significativamente mais antiga, entre 113 a.C. e 65 d.C. A diferença de quase um século levantou questionamentos sobre a confiabilidade das metodologias empregadas e reacendeu o debate acadêmico sobre o contexto histórico do sepultamento.

A solução começou a ganhar forma com a publicação de um novo estudo na revista científica Archaeometry. A equipe recorreu à dendrocronologia, técnica que examina os anéis de crescimento das árvores para determinar o momento exato em que foram cortadas. Ao comparar o padrão do carvalho utilizado no caixão com cronologias já estabelecidas na Europa Central, os pesquisadores



concluíram que a árvore foi derrubada por volta de 120 d.C., com margem de erro estimada em sete a oito anos.

O resultado coincide com as estimativas arqueológicas iniciais baseadas nos artefatos encontrados no túmulo. A nova datação reforça a ideia de que o sepultamento pertence ao início do século II d.C., alinhando-se ao período de atuação da Cultura Wielbark.

Para entender por que o radiocarbono indicou uma idade mais antiga, os cientistas analisaram isótopos estáveis presentes nos ossos da mulher. Os dados revelaram uma dieta rica em proteína animal, especialmente peixes de

água doce. Esse detalhe é fundamental para compreender o chamado “efeito reservatório”.

Peixes que vivem em rios e lagos com presença de rochas calcárias podem absorver carbono geológico antigo dissolvido na água. Quando esse carbono é incorporado ao organismo humano por meio da alimentação, os testes de radiocarbono tendem a superestimar a idade dos restos mortais. A água moderadamente dura da região da Pomerânia pode ter intensificado esse fenômeno, afetando toda a cadeia alimentar local.

Os pesquisadores também realizaram análises de isótopos de estrôncio para investigar

a possível origem da jovem. Os valores obtidos apresentam semelhanças com registros de áreas da Escandinávia, como a ilha de Öland. Contudo, depósitos glaciais presentes na própria Pomerânia produzem assinaturas químicas semelhantes, o que impede uma conclusão definitiva apenas com esse método.

Dessa forma, permanece em aberto a questão sobre se a mulher era local ou migrante. Ainda assim, o conjunto de evidências aponta para uma sociedade conectada por redes culturais e possivelmente comerciais mais amplas do que se imaginava para a região naquele período.

POLÍTICA.

Assembleia aprova projeto que proíbe fogos de artifício com estampido em Santa Catarina

Deputados aprovam projeto que proíbe venda e uso de fogos de artifício com efeito sonoro em Santa Catarina, com previsão de multas e destinação de recursos aos fundos de Saúde e Meio Ambiente

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou, em sessão plenária realizada na quarta-feira (25), o Projeto de Lei 11/2023, que proíbe a venda, a queima e a soltura de fogos de artifício com estampido ou efeito sonoro semelhante a disparo. A proposta segue para sanção do governador.

O texto estabelece que a medida tem

como finalidade preservar a saúde e o bem-estar de idosos, bebês, pessoas com transtorno do espectro autista, indivíduos com hipersensibilidade auditiva e animais, que podem sofrer estresse em razão dos ruídos provocados por esse tipo de artefato.

A iniciativa foi apresentada em conjunto pelo ex-deputado Egidio Ferrari (PL) e pelo

deputado Julio Garcia (PSD). Ao defender a proposta, Julio Garcia afirmou que a norma não impede celebrações públicas ou privadas. “Essa é uma demonstração de cuidado e respeito com as pessoas e com os animais. A matéria não prejudica a indústria, tendo em vista que ela se adaptou, evoluiu, e hoje nós temos a produção de fogos sem a emissão de estampidos”,

declarou.

O parlamentar acrescentou que as festividades continuarão sendo realizadas, porém sem o uso de artefatos que emitam ruídos intensos. “As comemorações, festas, a queima de fogos continuarão sendo promovidas, mas sem prejudicar a vida de quem tem autismo ou sensibilidade aos barulhos”, afirmou.

De acordo com o projeto aprovado, o descumprimento da futura lei poderá resultar na apreensão dos produtos e na aplicação de multa proporcional à quantidade de fogos utilizados, com valor dobrado em caso de reincidência. Os recursos arrecadados com as penalidades serão destinados ao Fundo Estadual de Saúde e ao Fundo Especial

de Proteção do Meio Ambiente de Santa Catarina.

A fiscalização ficará sob responsabilidade dos órgãos competentes da Administração Pública Estadual. Caso seja sancionada, a norma passará a vigorar em todo o território catarinense.

GERAL

Brasil coloca 7 hospitais entre os melhores do mundo em ranking de 2026

Ranking World's Best Hospitals 2026 aponta sete hospitais brasileiros entre os melhores do mundo



O Brasil voltou a ganhar destaque na área da saúde ao ter sete hospitais incluídos entre os melhores do mundo no ranking World's Best Hospitals 2026. O levantamento é elaborado pela Newsweek em parceria com a empresa de análise de dados Statista e foi divulgado na quarta-feira, 25. Ao todo, mais de 2.500 instituições de 32 países foram avaliadas.

Entre os brasileiros, o melhor colocado é o

Hospital Israelita Albert Einstein, que ocupa a 16ª posição no ranking geral. A classificação reforça o protagonismo da instituição no cenário internacional, especialmente após mudanças metodológicas que ampliaram o peso de indicadores técnicos de qualidade hospitalar.

Veja a posição dos hospitais brasileiros:

- Einstein Hospital Israelita Albert (SP) – 16º lugar

- Hospital Sírio Libanês (SP) – 79º lugar
- Hospital Alemão Oswaldo Cruz (SP) – 105º lugar
- Hospital Moinhos de Vento (RS) – 111º lugar
- Hospital do coração (HCor) (SP) – 146º lugar
- Hospital Santa Catarina Paulista (SP) – 151º lugar
- Hospital das Clínicas da USP (SP) – 189º lugar

No cenário global, as cinco primeiras colocações ficaram com instituições tradicionais da América do Norte e da Europa. A liderança é da Mayo Clinic, seguida pelo Toronto General-University Health Network, Cleveland Clinic, Karolinska Universitetssjukhuset e Massachusetts General Hospital.

A edição de 2026 trouxe mudanças relevantes nos critérios de avaliação. Segundo a Newsweek, os indicadores de qualidade hospitalar passaram a ter maior peso na composição da nota final. O objetivo foi reforçar parâmetros técnicos ligados à segurança, eficiência e resultados clínicos.

Cada hospital recebeu pontuação com base em quatro pilares principais: recomendações de profissionais da saúde, como médicos e gestores; indicadores objetivos de qualidade hospitalar;

dados públicos sobre experiência do paciente; e resultados da pesquisa da Statista sobre Medidas de Resultados Relatados pelos Pacientes (PROMs). Esses questionários padronizados avaliam, a partir da perspectiva dos próprios pacientes, aspectos como bem-estar e qualidade de vida após tratamentos.

O ranking também incorporou novos dados relacionados a acreditação, segurança assistencial e experiência do usuário em diversos países. Pela primeira vez, hospitais das Filipinas e da Turquia passaram a integrar o levantamento.

A presença de sete hospitais brasileiros entre os melhores do mundo reforça a posição do país como referência em determinadas áreas da medicina, especialmente na alta complexidade. Instituições privadas e públicas figuram na lista, o que evidencia diversidade no modelo de gestão e na oferta de

serviços.

Especialistas apontam que rankings internacionais, embora não sejam o único parâmetro de excelência, funcionam como termômetro da competitividade global na área hospitalar. A valorização de indicadores técnicos e da experiência do paciente também sinaliza uma tendência de avaliação cada vez mais baseada em resultados concretos.

O desempenho brasileiro no World's Best Hospitals 2026 demonstra que, apesar dos desafios estruturais do sistema de saúde, há centros hospitalares no país capazes de alcançar padrões internacionais de qualidade. O reconhecimento amplia a visibilidade das instituições e pode impulsionar parcerias, investimentos e intercâmbio científico nos próximos anos.

GERAL

Alep recebe selo inédito da ABNT por ações no combate à violência contra a mulher

Certificação inédita reconhece ações, campanhas e compromisso institucional

A Assembleia Legislativa do Paraná alcançou um reconhecimento inédito no cenário nacional ao receber o Selo Bronze de Boas Práticas no Combate à Violência contra as Mulheres, concedido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A certificação, entregue nesta quinta-feira (26), torna o Parlamento paranaense a primeira Casa de Leis do Brasil a conquistar o selo, criado para reconhecer instituições comprometidas com a promoção dos direitos das mulheres e a redução da violência de gênero.

O selo foi desenvolvido pela ABNT em parceria com o Instituto Nós Por Elas (NPE) e estabelece critérios objetivos para avaliar o

engajamento institucional no enfrentamento à violência contra a mulher. A certificação contempla organizações públicas e privadas que demonstram atuação concreta e estruturada na prevenção, conscientização e combate à desigualdade de gênero.

Para o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Alexandre Curi (PSD), a conquista representa um avanço institucional, mas também um ponto de partida. Segundo ele, o objetivo agora é avançar para as categorias superiores da certificação — Prata, Ouro e Platina — ampliando as políticas e ações voltadas à proteção das mulheres.

O parlamentar ressaltou que o

reconhecimento também dialoga com a atual composição da Casa, que conta com a maior bancada feminina da história da Assembleia, formada por dez deputadas estaduais. A presença ampliada de mulheres no Legislativo tem impulsionado debates, projetos e iniciativas relacionadas à equidade de gênero e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas às mulheres.

A certificação concedida pela ABNT foi instituída em 2024 e exige o cumprimento de requisitos específicos. Para conquistar o Selo Bronze, a Assembleia precisou comprovar a adoção de medidas formais e permanentes no enfrentamento à violência contra a

mulher. Entre os critérios avaliados esteve a apresentação de um Termo de Compromisso de Combate à Violência contra as Mulheres e de Promoção de seus Direitos, documento que formaliza diretrizes institucionais e metas a serem cumpridas.

Além disso, a Casa de Leis demonstrou a realização de pelo menos duas ações educacionais anuais voltadas ao tema, destinadas tanto aos seus membros quanto à sociedade. Essas iniciativas incluem campanhas de conscientização, seminários, debates públicos e atividades formativas que abordam a prevenção da violência e a promoção da igualdade de gênero.

Outro ponto

destacado no processo de certificação foi o uso dos canais institucionais da Assembleia para ampliar a disseminação de informações sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. O portal de notícias, as redes sociais oficiais e a TV Assembleia foram utilizados como instrumentos de conscientização, divulgação de campanhas e promoção de debates públicos.

De acordo com a ABNT, a certificação reconhece instituições que demonstram compromisso organizacional de alto padrão, alinhado às melhores práticas contemporâneas. O selo não se limita a ações pontuais, mas exige políticas estruturadas,

monitoramento contínuo e engajamento institucional consistente.

A violência contra a mulher continua sendo um desafio no Brasil, exigindo políticas públicas permanentes e ações integradas. O Selo Bronze reconhece a atuação da Assembleia Legislativa do Paraná na promoção de medidas de prevenção e proteção.

A certificação reforça o compromisso institucional com a igualdade de gênero e serve de estímulo para que outras instituições adotem práticas semelhantes, ampliando o enfrentamento à violência.